

**6.2. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERAE – JOSÉ ALBERTO DA LUZ FERREIRA – RUA DE CABANELAS- FREGUESIA DE PEDRALVA-BRAGA:**

Da **DPRUU**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto no nº. 4, do artº. 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei nº. 165/14, de 5/11, e Lei nº. 21/2016, de 19/7, o processo em que é requerente **JOSÉ ALBERTO DA LUZ FERREIRA**, relativo ao reconhecimento de interesse público municipal.

Tem informação técnica da DPRRU – Divisão de Planeamento e Revitalização. O Sr. Vereador da Área do Urbanismo pronuncia-se favoravelmente.

João António Amiguel.  
18.09.18



Requerente: José Alberto Ferreira (2017/450.10.009/2) / Local: Pedralva

## DESPACHO

Considerando:

- a) A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU no âmbito do processo 4258/URB/PED/17, de destacar que *"Todos os pedidos têm enquadramento no RERA, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes"*;
- b) O parecer favorável da Junta de Freguesia de Pedralva pela inexistência de reclamações e impacto ao nível urbanístico e paisagístico;

Submete-se à reunião de câmara o processo com o **parecer favorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal.**

Braga, 14 de setembro de 2018

Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)





**BRAGA**  
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

*ver. MB*

*Eng. Miguel Resque*

Processo Obra: 2018/450.10.009/2

Registo de entrada: E/5826/2017

Requerente: José Alberto da Luz Ferreira

Local da obra: Rua de Cabanelas, Pedralva

*Remetida ao DGV  
Para decisão definitiva.  
Reune condições para ser remetido  
à A.M.  
sem parecer favorável da J.F. de  
10/9/2018  
Miguel Resque*

Informação: 27676 de 07/09/2018

Assunto: José Alberto da Luz Ferreira - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

#### Informação:

##### Âmbito do parecer técnico

1. Pretende-se o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07, para a exploração pecuária de José Alberto da Luz Ferreira, sita na Rua de Cabanelas, Pedralva.
2. O pedido foi efetuado pela CAVAGRI através do E/5826/2017 de 13/06/2017.

#### Análise Técnica

##### 3. Da análise dos documentos que compõem o pedido verifica-se:

- a) O enquadramento do pedido no âmbito do diploma, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERAE;
- b) Aguarda pela atribuição de título de atividade pela DRAPN;
- c) Identificam-se as disposições regulamentares em incumprimento, nomeadamente compatibilização do uso pretendido com a categoria de espaço florestal e incomodidades (cheiros pontuais por altura do esvaziamento da fossa séptica);
- d) Apresenta um efetivo de 159 CN (animais destinados a produção de leite);
- e) Para além dos estábulos, detém sala de leite, sala de ordenha, armazém de resguardo de máquinas e equipamentos;
- f) Emprega 4 pessoas;
- g) Apresenta faturação anual na ordem dos 285.520,00€.

##### 4. Face ao PDM:

- a) As construções dedicadas à atividade pecuária encontram-se em solo urbanizado, categoria Espaços de Baixa Densidade de tipo 2;
- b) A parcela de terreno onde se inserem as construções apresenta ainda área em solo rural, na categoria de Espaço Florestal de Proteção;
- c) Não se identificaram servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- d) Pretende a demolição do estábulo existente para a construção de novo, com maior área, a ampliar sobre Espaço Florestal.




5. O titular da exploração pecuária apresentou pedido para ampliação em 2016, que foi indeferido por violação do PDM, e candidatura a financiamento no âmbito do PDR 2020.
6. Em resposta à solicitação do Sr. Vereador Prof. Miguel Bandeira, a Junta de Freguesia de Pedralva enviou a 25 de abril cópia do seu ofício n.º 2. Neste documento emitem parecer favorável à regularização das explorações pecuárias localizadas na freguesia.
7. A legalização de explorações pecuárias ao abrigo do RERAE é uma das ações e medidas de política municipal identificadas no documento "Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural" aprovado na Reunião de Câmara de 24/07/2017, estando previsto no protocolo celebrado entre o Município de Braga e a CAVAGRI a 10/01/2018 a implementação de medidas de correção necessárias ao adequado aproveitamento de efluentes gerados, bem como apoiar e estudar soluções coletivas de aproveitamento e redução de impactos ambientais dos efluentes gerados.
8. Anexa-se a esta informação pequeno resumo sobre o enquadramento do RERAE para melhor explicitação do mesmo.

#### **Proposta de decisão**

9. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, e que nestes termos cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo deste enquadramento legal.
10. Como explicitado no anexo, o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições. Permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação, a qual passará por uma conferência decisória presidida pela entidade coordenadora do licenciamento da atividade e onde representante municipal terá assento, e donde resultará uma deliberação que poderá assumir um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.
11. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.
12. Em conclusão, deverá o pedido e a sua análise serem remetidos à Assembleia Municipal para decisão sobre o interesse da regularização extraordinária da exploração pecuária ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas e, se a decisão for favorável ao pedido, a emissão da respetiva certidão da deliberação de existência de interesse municipal nessa regularização extraordinária.
13. O envio para reunião de Câmara e Assembleia Municipal deve ser acompanhado com cópias dos documentos constantes no E/5826/2017, e I/27660/2018.

A Chefe de Divisão,

  
Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga  
Balcão Único Municipal  
MOD-URB.10.01\_00

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

www.cm-braga.pt - e-mail : munic@cm-braga.pt  
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30  
Página 2 de 3





ANEXO

1. O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, veio estabelecer, com caráter extraordinário, um regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que:

- a. Não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade;
- b. Estejam desconformes com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- c. A intenção de alteração ou ampliação não seja compatível com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

2. A Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, veio prorrogar o prazo para apresentação de candidaturas de regularização extraordinária até 24/07/2017, e prevê no seu artigo 3º a extensão do regime: "Para além do previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio."

3. As candidaturas ao procedimento de regularização extraordinária têm de ser submetidas na entidade licenciadora ou coordenadora da atividade, constando na sua instrução "Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal" – artigo 5º, 4a). A entidade coordenadora do licenciamento da atividade das explorações pecuárias de Braga é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

4. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.

5. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.

6. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

7. Algumas explorações precisam mesmo de fiscalização mais intensiva para melhorarem quer as condições de alojamento dos animais, quer as infraestruturas de apoio necessárias à atividade, mitigando ou mesmo eliminando eventuais conflitos com a envolvente imediata, e o RERAE apresenta-se como uma boa oportunidade para o efeito.

8. Se a oportunidade de regularização extraordinária ao abrigo do RERAE for afastada por decisão da Assembleia Municipal, a situação em concreto poderá ser reanalisada em sede de revisão do PDM, apenas no que concerne à classificação e qualificação do solo, e aos parâmetros urbanísticos de cada categoria de espaço (regras gerais e abstratas). As restantes medidas de condicionamento de atividade que poderiam condicionar o licenciamento da atividade da exploração pecuária em concreto, definidas em sede de conferência decisória do procedimento RERAE, ficam afastadas.



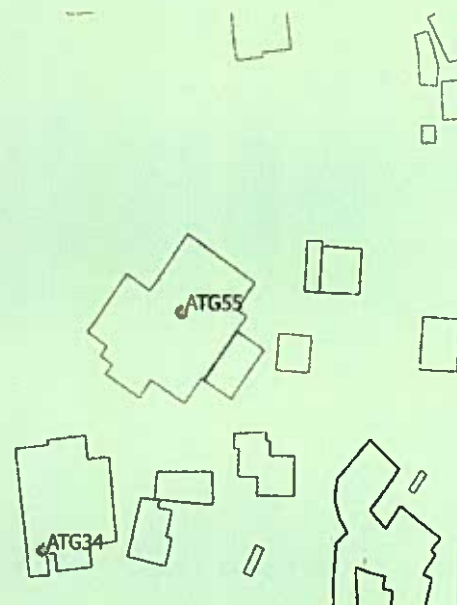


Escala 1:5 000  
Localização: Rua de Picos, 30

Marca: ATG55  
Nome: Jose Alberto da Luz Ferreira  
Licença DRAP: -  
Sistema: Intensivo  
Tipo: Leite  
Cabeças Normais: 159,0  
Postos de Trabalho atuais: 4  
Expansão: sim



PDM.Ordenamento - Escala 1:2 000  
BD2 - Urbanizado - Espaço Urbano de Baixa  
Densidade



PDM.Condicionantes - Escala 1:2 000  
Sem Condicionantes



**BRAGA**  
Município

VERIFICAÇÃO DOS PELOUROS DA REGENERAÇÃO URBANA, PATRIMÓNIO, LIGAÇÃO À UNIVERSIDADE, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO  
REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PROJETOU:

DESENHOU:

INÉS CALOR, ARQ.

PROJETO: VACARIAS - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

LOCAL: MUNICÍPIO DE BRAGA

DESCRIÇÃO: FICHAS TÉCNICAS

REP: ID 39

DATA: 2018.01.08

EXTENSÃO: VÁRIAS





